

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU/PR:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. NF 0010/2026

XXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº. XXXXXX, com sede na XXXXXX, por seu representante legal infra firmado, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, com base no art. 34 da Lei Federal nº. 14.133/2021 e item 2.23 do Edital, formular a presente **IMPUGNAÇÃO** às disposições do instrumento convocatório, aduzindo, para tanto, as razões fáticas e jurídicas adiante expostas.

1. TEMPESTIVIDADE.

Conforme fixado no art. 34 da Lei Federal nº. 14.133/2021 e item 2.23.1 do Edital, a impugnação deverá ser ofertada no prazo de até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas.

No caso em comento, a data limite estipulada para o recebimento das propostas é o dia 05 de fevereiro de 2026, quinta-feira, o que fixa o dia 29 de janeiro, quinta-feira, como termo *ad quem* para apresentação da presente peça.

Portanto, apresentada nesta data, inconteste é a tempestividade das presentes razões.

2. DA LICITAÇÃO.

O Ente Público, por intermédio do Sr. Pregoeiro, lançou o Edital do Pregão Eletrônico em tela, para registro de preços de aquisição de veículos diversos, dentre eles van adaptada para transporte de carga seca, de acordo com as especificações constantes do instrumento convocatório e seus anexos.

A ora Impugnante, interessada em participar do certame, analisou os termos e condições de disputa e verificou que o Edital contempla exigências indevidas, por restringirem o universo de competidores.

Desta forma, apresenta-se a presente impugnação, minudenciada nos tópicos seguintes, visando o saneamento do processo licitatório.

2.1. DA EXIGÊNCIA INDEVIDA DE LOCALIZAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA.

Cabe impugnar a previsão contida no item 4.5 do lote 05 do anexo I, especificações técnicas, impositivo da fixação de distância máxima, em relação ao município contratante, da localização de assistência técnica para o veículo:

ANEXO I
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
LOTE 5
4. REVISÕES E GARANTIA DE DESEMPENHO
4.5. As assistências técnicas referidas no parágrafo retro adjacente deverão ser prestadas no município de Foz do Iguaçu-PR ou outro num raio máximo de 60 (sessenta) quilômetros, sendo que o veículo deverá ser retirado e devolvido, sob custos da CONTRATADA, na sede da ITAIPU concernente àquele município.

Contudo, a imposição de distância máxima para o estabelecimento de atendimento técnico restringe a competitividade, consoante entende o Tribunal de Contas da União, *in verbis*:

Acórdão 966/2015-Segunda Câmara - Data da sessão 10/03/2015

Relator Min. ANA ARRAES

Enunciado

Restringe o caráter competitivo da licitação a inclusão de cláusula exigindo, na fase de habilitação, que a empresa licitante já possua usina de asfalto instalada, ou, em caso negativo, que apresente declaração de terceiros detentores de usina, ainda mais quando é fixado limite máximo de distância para sua instalação.

Acórdão 800/2008-Plenário - Data da sessão 30/04/2008

Relator Min. GUILHERME PALMEIRA

Enunciado

É irregular a exigência, na fase de habilitação, de que a licitante possua usina de asfalto instalada e com distância delimitada em relação ao local de execução do objeto.

Conforme já exposto, exigências que vão de encontro aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, ferem o princípio da competitividade, já que não assegura igualdade de oportunidade, desestimulando a competição em busca da proposta mais adequada ao interesse público.

Em situação análoga, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais se posicionou pela inadmissibilidade da imposição do raio:

DENÚNCIA. PREFEITURA MUNICIPAL. PREGÃO PRESENCIAL. APONTADAS IRREGULARIDADES. PROCEDÊNCIA. NÃO COMPROMETIMENTO DA LISURA DO CERTAME. RECOMENDAÇÕES.

1. Não é adequada a exigência, como garantia do produto, de oficina credenciada para prestação de assistência técnica localizada no município ou num raio de distância, devendo o edital prever que o produto, em caso de defeito no prazo de garantia, será substituído. Em caso de ser necessário, por algum motivo, acionar a assistência técnica, o fornecedor deve se responsabilizar pela busca do pneu para análise da referida assistência.

2. A expressão “primeira linha” deve ser evitada nos editais para aquisição de pneus, pois pode representar um elemento subjetivo para o julgamento das propostas caso seja adotado para a inabilitação de licitantes.

3. Na modalidade Pregão, não se faz necessária a publicação da planilha de preços unitários como anexo do edital, em consonância com o disposto no inciso III do art. 3º da Lei n. 10.520/2002, que estabelece a necessidade de o orçamento fazer parte da fase interna do certame.

4. Para comprovação da regularidade fiscal, a Administração deve incluir, no edital, a possibilidade de os licitantes apresentarem, além da certidão negativa, a certidão positiva com efeitos de negativa, de forma a dar mais transparência aos licitantes e evitar qualquer questionamento a respeito.

5. Como formas de impugnação dos editais de licitação e interposição de recursos, o edital deve facultar aos interessados a utilização de meios eletrônicos.

(TCE/MG - DENÚNCIA N. 876571, RELATOR CONSELHEIRO MAURI TORRES, Julgado na 16ª Sessão Ordinária da Primeira Câmara – 13/06/2017)

Além disso, a Lei Federal nº. 14.133 somente admite essa espécie de exigência quanto o certame se destinar à contratação do serviço de manutenção e assistência técnica, o que não é o caso, a teor do seu art. 47, §2º:

Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios:

(....)

§ 2º **Na licitação de serviços de manutenção e assistência técnica, o edital deverá definir o local de realização dos serviços**, admitida a exigência de deslocamento de técnico ao local da repartição ou a exigência de que o contratado tenha unidade de prestação de serviços em distância compatível com as necessidades da Administração.

A exigência de que a transformação disponha de assistência técnica sediada em um raio de até 60 Km (sessenta quilômetros) do município é indevida, especialmente quando se observa a quantidade de municípios aptos a solicitarem o fornecimento, devendo suceder a sua exclusão do limite fixado no item 4.5 do lote 05.

2.2. DA ILEGALIDADE E DO CARÁTER RESTRITIVO DA EXIGÊNCIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA 24 HORAS VINCULADA COM A GARANTIA DO VEÍCULO.

Outro ponto a ser impugnado, tem-se da exigência contida no Edital cujo impõe à contratada a obrigação de assegurar assistência no período de 24 horas durante a garantia, com cobertura para remoção, vejamos:

ANEXO I
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
LOTE 5

5. ASSISTÊNCIA 24 HORAS

5.1. A CONTRATADA garante para o veículo, assistência 24 horas dentro do território brasileiro, incluindo remoção gratuita para pane mecânica, elétrica ou colisão, podendo ser acionado 24 horas por dia, todos os dias da semana.

5.2. O período de validade da assistência 24 horas será o mesmo da garantia do veículo (12 meses).

De início, é imprescindível destacar que a assistência 24 horas não integra a garantia legal ou contratual do veículo, tratando-se de serviço acessório, autônomo e facultativo, usualmente ofertado por seguradoras ou empresas especializadas, mediante contratação específica e com custo próprio. A imposição compulsória desse serviço, como condição para participação no certame, amplia indevidamente o objeto licitado, criando obrigação que extrapola o fornecimento do bem em si.

Não há, no ordenamento jurídico vigente, qualquer dispositivo legal ou normativo que exija a disponibilização de assistência 24 horas como requisito obrigatório para a aquisição de veículos automotores pela Administração Pública. Tampouco normas técnicas da ABNT, regulamentos do CONTRAN ou disposições do Código de Trânsito Brasileiro estabelecem tal obrigação, o que evidencia a ausência de motivação técnica idônea para a exigência.

Sob esse prisma, a cláusula editalícia viola os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, uma vez que impõe ônus excessivo ao licitante sem que haja demonstração de efetiva necessidade para a adequada execução do objeto contratual. A Administração deve limitar-se a exigir apenas as condições estritamente indispensáveis ao atendimento do interesse público, conforme dispõe o art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Ademais, a exigência apresenta nítido potencial restritivo à competitividade do certame, pois favorece apenas fornecedores que já disponham de estrutura própria ou convênios nacionais para prestação de assistência 24 horas, afastando licitantes igualmente aptos sob os aspectos técnico e econômico, mas que não ofertam esse

serviço agregado. Tal cenário afronta diretamente os princípios da isonomia, da ampla concorrência e da seleção da proposta mais vantajosa.

Ressalte-se, ainda, que situações envolvendo colisão, panes ou necessidade de remoção do veículo podem ser plenamente supridas por meio de contratação posterior e independente por parte da Administração, seja mediante seguro, seja por contrato específico de assistência, sem qualquer prejuízo à continuidade do serviço público. Transferir tal responsabilidade de forma compulsória ao fornecedor do veículo configura indevida transferência de risco e custo, sem respaldo legal.

Diante de todo o exposto, resta evidente que a exigência de assistência 24 horas, vinculada integralmente ao período de garantia do veículo, não se mostra essencial ao objeto do certame, carece de fundamentação técnica e legal e compromete a competitividade da licitação, razão pela qual deve ser suprimida ou, alternativamente, reformulada como condição facultativa, sob pena de nulidade do edital por violação aos princípios que regem as contratações públicas.

3. FUNDAMENTOS JURÍDICOS.

Permitir a continuidade do certame tal como elaborado o Edital, terminará por ofender os princípios da legalidade, isonomia e da competitividade. São, portanto, vedadas condições ou exigências que se prestem a comprometer, restringir ou a frustrar o caráter competitivo da licitação e a estabelecer preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes.

Para melhor compreensão do alcance e sentido do princípio da competição, e entendimento acerca da necessidade de haver a maior competitividade possível, cumpre, em síntese apertada, conceituar o que é a licitação.

Segundo José dos Santos Carvalho Filho, licitação é:

"o procedimento administrativo vinculado por meio do qual os entes da Administração Pública e aqueles por ela controlados selecionam a melhor proposta entre as oferecidas pelos vários interessados, com dois objetivos – a celebração de contrato, ou a obtenção do melhor trabalho técnico, artístico ou científico." ¹

Para Maria Sylvia Zanella Di Pietro, citando José Roberto Dromi, trata-se de:

"procedimento administrativo pelo qual um ente público, no exercício da função administrativa, abre a todos os interessados, que se sujeitam às condições fixadas no instrumento convocatório, a possibilidade de formularem propostas dentre as quais selecionará e aceitará a mais conveniente para a celebração do contrato." ²

Os dois conceitos apresentam traços semelhantes, demonstrando, ambos, diversas características deste procedimento complexo que é a licitação.

Trata-se, portanto, da forma mais equânime que encontrou o Estado em contratar, de maneira sempre a buscar a melhor proposta para a Administração Pública.

A própria Lei Federal n. 14.133, em seu já transcrito art. 5º, *caput*, tratou de conceituar licitação, em conformidade com os conceitos doutrinários já vistos e apresentou os princípios ínsitos às licitações, norteadores da atividade exercida pelos administradores durante o certame público.

Logo, o exame da validade ou invalidade dos atos praticados durante o processo de licitação, incluindo-se do próprio instrumento de convocação à disputa, passará antes pela análise à luz destes princípios, enumerados e divididos por José dos Santos Carvalho Filho em princípios básicos e correlatos.

¹ MANUAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, Lumen Juris, 7ª ed., Rio de Janeiro, 2001, p. 188.

² DIREITO ADMINISTRATIVO, Atlas, 13ª ed., São Paulo, 2001, p. 291.

Especificamente quanto ao princípio da competitividade, tem-se que é inerente à essência da licitação, porque só podemos promover esse certame, essa disputa, onde houver competição. É uma questão lógica.

Com efeito, onde há competição, a licitação não só é possível, como em tese, é obrigatória; onde ela não existe, a licitação é impossível.

Em suma, o princípio da competitividade de um lado exige sempre que se verifique a possibilidade de se ter mais de um interessado que nos possa atender, que nos possa fornecer o que desejamos. Essa constatação determina ou não a promoção da licitação.

Portanto, a competição é exatamente a razão determinante do procedimento da licitação, mas ele tem uma outra faceta que muitas vezes é despercebida pelo operador do Direito.

Se a competição é a alma da licitação, é evidente que quanto mais licitantes participarem do evento licitatório, mais fácil será à Administração Pública encontrar o melhor contratado.

Sendo assim, deve-se evitar qualquer exigência irrelevante e destituída de interesse público, que restrinja a competição, cujo único efeito prático será a diminuição do universo de competidores, em franco não atendimento ao princípio da competição, de forma injustificada e arbitrária.

4. CONCLUSÃO.

Assim, mostra-se imprescindível a alteração do Instrumento Convocatório, devendo ser acolhida a presente Impugnação, nos termos acima delineados e requeridos nos tópicos acima

Nestes termos,

Pede deferimento.

De XXXXXX para Foz do Iguaçu/PR, em 29 de janeiro de 2026.
